

DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## A exigência do PSB

A contar pelo ânimo de seus filiados no XVI Congresso Nacional do PSB que marca a troca de comando no partido, a bandeira para 2026 será a manutenção do vice-presidente Geraldo Alckmin como companheiro de chapa de Lula. Aliás, como o leitor da coluna já sabe, o ministro do Empreendedorismo, Márcio França, teve, inclusive, seu nome apresentado como candidato ao governo de São Paulo para tentar evitar que os petistas quisessem empurrar Alckmin para essa disputa.

## Desconfiança impera

A ausência do presidente Lula na abertura deixou muita gente em alerta sobre essa repetição da chapa. Para muitos filiados, foi um sinal de que Lula não tem como ou não quer dizer desde já que terá Alckmin como seu candidato a vice em 2026. Ainda que Lula tenha recebido o prefeito do Recife, João Campos, e trate o novo presidente do partido com o carinho especial comparado ao de pai para filho, falta um gesto para a legenda como um todo.

## Avalanche de ações

Empresas que se sentem lesadas pelas novas alíquotas de IOF recorrem à Justiça contra o decreto. A avaliação de advogados é de que esse imposto serve para regular políticas monetárias e não é caracterizado como um imposto arrecadatório.

## Entenda

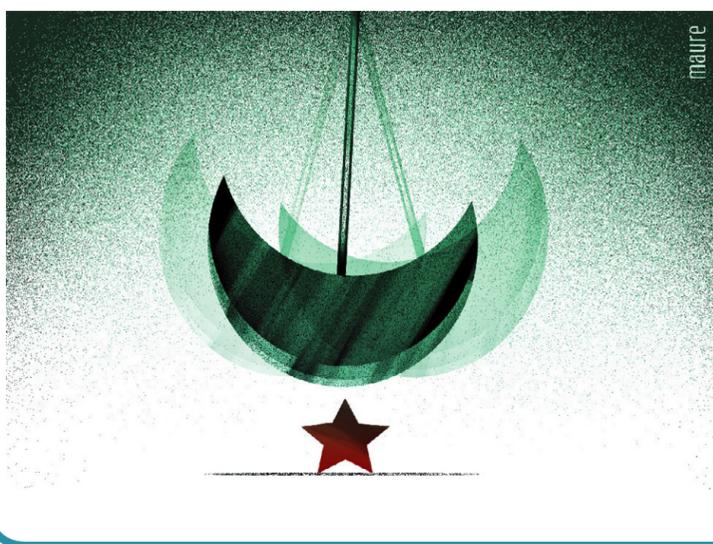
Advogada e sócia do escritório Vigna Advogados e pós-graduada em direito tributário pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Luciana Portinari de Menezes d'Ávila, por exemplo, considera haver dúvidas sobre a constitucionalidade do decreto, porque "o termo 'política monetária' (inserido no artigo 165 do Código Tributário Nacional) revela um conceito subjetivo, pois se encontra diretamente relacionado às ações relativas à moeda e sua circulação".

# Lula sem opção e sob pressão

Vem do próprio PT a pressão contra o decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e, por isso, o presidente Lula se viu obrigado a sair em defesa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desidratado na bancada do próprio partido. Em conversas reservadas, muita gente no PT reclama que a medida não foi combinada com ninguém, as alíquotas estão exageradas. Para completar, a avaliação é de que, se for à Justiça, o decreto será derrubado porque, pela legislação em vigor, o IOF não pode ser usado com fins arrecadatórios. (leia nota nesta coluna).

**O novo Roberto Campos Neto/** Na

base aliada de Lula, o que se comenta é que a defesa ao ministro veio num momento em que o governo não tem alternativa para o Ministério da Fazenda. O nome que poderia ser deslocado para o cargo, o do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, seria mais do mesmo. Aliás, que ninguém se surpreenda se os petistas voltarem suas baterias contra o presidente do BC. O que se diz na bancada é que Galípolo repete a política do ex-presidente Roberto Campos Neto. Nessa toada, não será novidade se passar a sofrer ataques da tribuna da Câmara por parte de seus próprios aliados.



## CURTIDAS

**O cumpridor de acordos...** Em termos eleitorais, o deputado Arthur Lira (foto, PP-AL) já fez chegar aos amigos que não sairá de onde selou compromissos. Mesmo depois dos movimentos do clã de Renan Calheiros junto ao prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, o JHC, e as especulações de que o prefeito poderia desistir de concorrer ao governo para formar uma chapa ao lado do senador emedebista, com Renan Filho candidato ao governo estadual. O compromisso de Lira é apoiar JHC e assim permanecerá.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



**... ainda que seja desgastante/** Arthur Lira não arreda o pé depois que empenha a sua palavra. Foi assim, inclusive, quando, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, colocou na pauta da Casa o projeto que mudava a lei do aborto e arriscava colocar a vítima de estupro, caso optasse pelo aborto, a fim de mostrar a eficiência dessa orientação aos beneficiários, terá de voltar semana que vem.

**Assim não dá/** Justamente no momento em que o ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, começou uma entrevista para falar do atendimento presencial a aposentados e pensionistas do INSS nas agências do Correios, o sistema ficou fora do ar. A senhorinha que seria a primeira a ser atendida, a fim de mostrar a eficiência dessa orientação aos beneficiários, terá de voltar semana que vem.

**E foi nacional/** A ideia do governo com a iniciativa de atendimento presencial nas agências dos Correios é passar segurança e reforçar a mensagem de compromisso com os aposentados e pensionistas roubados pela fraude dos descontos nos benefícios. Houve visitas de autoridades às agências dos Correios em Salvador, Brasília, Rio de Janeiro e Recife; com os presidentes dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, e o do INSS, Gilberto Waller Júnior; e os ministros da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias; e da Previdência, Wolney Queiroz. Cada um numa cidade.

## VENDA DE SENTENÇAS

# Prefeito de Palmas é alvo da PF

Ação visa aprofundar apuração sobre vazamento e comercialização de informações sigilosas de investigações da corporação

» VANILSON OLIVEIRA

Reprodução/Instagram

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos (Podemos), foi um dos alvos da **Operação Sisamnes**, da Polícia Federal, que investiga um esquema nacional de corrupção judiciária, espionagem, vazamento de informações sigilosas da ações da corporação e venda de sentenças no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Três mandados de busca e apreensão foram cumpridos na capital do Tocantins, com autorização do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Agentes da PF estiveram na residência de Siqueira Campos e na sede da prefeitura, onde recolheram documentos e outros materiais. O passaporte do gestor foi apreendido.

As investigações apontam que os alvos desta nona etapa da operação teriam recebido, de forma irregular, dados sobre procedimentos confidenciais, violando protocolos de segurança institucional. As suspeitas envolvem possível convivência ou facilitação de vazamentos que favoreciam investigados em outras fases da mesma operação.

Em mensagens interceptadas pela PF, Siqueira Campos menciona ter "um amigo em Brasília", que receberia para passar as informações. Em um trecho da conversa, ele fala sobre o processo de Thiago Marcos Barbosa de Carvalho, sobrinho do governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa (Republicanos). "É que seu caso lá em Brasília tá um pouco pior do que a gente pensava. O que acontece... a Procuradoria falou no seu processo, e você não está mais apenas como parte, você figura como



Siqueira Campos foi eleito prefeito de Palmas com 78.673 votos: "Eu não tenho fonte no STJ, não é meu papel"

### Mitologia persa

O nome da operação faz referência a um episódio da mitologia persa, durante o reinado de Cambises II, da Pérsia, que narra a história do juiz Sisamnes. O magistrado teria aceitado um suborno para proferir uma sentença injusta.

um polo da investigação, você está sendo investigado dentro daquele esquema, e isso já saiu oficialmente."

Em outra mensagem, antecipada a queda de alguns envolvidos na operação dizendo: "Aqui vão dançar dois juizes e pelo menos três advogados".

O advogado Thiago Marcos Barbosa de Carvalho — preso

desde março e investigado por vazar informações sobre operações judiciais, inclusive para o tio — voltou a ser alvo agora por suspeitas de que estaria recebendo benefícios ou tratamento privilegiado no sistema prisional.

Antes de ser preso, ele atuava como servidor público, lotado na 3ª Procuradoria de Justiça, em Palmas, com salário de R\$ 19.699,66 e mais R\$ 3.160 de verba indenizatória, de acordo com dados do Portal da Transparência. O governador Wanderlei Barbosa não foi citado nas investigações.

Além de Siqueira Campos e Thiago Barbosa, a PF investiga o advogado de Brasília Michelangelo Cervi Corsetti. Segundo as apurações, ele teria atuado no repasse de informações reservadas sobre operações em curso, favorecendo diretamente alvos da Sisamnes.

Siqueira Campos, declarou, em coletiva de imprensa, que tem conhecimento da investigação, mas negou ter ou repassar informações privilegiadas. "Sou fonte de muita gente. Acho que vocês sabem o tanto que sei ou não sei, eu só sei o que dizem por aí. Eu não tenho nenhuma informação privilegiada", disse.

Também na operação, a PF investiga movimentações financeiras entre o ministro Og Fernandes, do STJ, e seu chefe de gabinete Rodrigo Falcão. Entre março de 2020 e dezembro de 2023, o magistrado repassou R\$ 899 mil ao servidor, que também atuava como responsável pelas finanças pessoais do ministro. Segundo apurações, as transferências eram mensais e variavam entre R\$ 15 mil e R\$ 30 mil, valores identificados a partir da quebra de



**Eu sou fonte de muita gente. Acho que vocês sabem o tanto que sei ou não sei, eu só sei o que dizem por aí. Eu não tenho nenhuma informação privilegiada"**

**Eduardo Siqueira Campos** (Podemos), prefeito de Palmas

sigilo bancário de Falcão.

Em nota, o ministro Og Fernandes afirmou que Falcão ocupou o cargo de chefe de gabinete desde sua posse no STJ, em 2008, até novembro de 2024, quando foi exonerado após o surgimento das investigações. O magistrado afirmou que, durante o período em que trabalhou com Falcão, ele era o responsável por todos os pagamentos mensais que precisava realizar.

O ministro pontuou que os depósitos ocorriam sempre após o dia 20 de cada mês, acompanhando o calendário de pagamentos do tribunal, e sem qualquer vínculo com datas de operações da PF ou decisões judiciais.

Apesar dos repasses e da proximidade entre ambos, Og Fernandes não é formalmente investigado.

## Entenda o caso

### A operação

- » A Operação Sisamnes teve início com a investigação do assassinato do advogado Roberto Zampieri, executado a tiros em dezembro de 2023, em Cuiabá.
- » Zampieri teve seu telefone celular apreendido. O aparelho continha conversas e arquivos sobre supostos esquemas de venda de sentenças judiciais envolvendo TJMT e STJ.
- » As apurações revelaram a existência de uma organização criminosa atuando em diversos estados, especializada em espionagem, assassinatos sob encomenda e corrupção no Judiciário. O grupo, que se autodenominava "Comando C4" (Comando de Caça Comunistas, Corruptos e Criminosos), era formado por civis e militares da ativa e da reserva.
- » As primeiras fases da operação foram concentradas na elucidação do assassinato de Zampieri e na identificação de seus executores.
- » A sétima fase revelou a atuação do grupo como uma agência de extermínio. Foram realizadas prisões e apreensões em Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais.
- » Na oitava fase, o STF determinou o afastamento do juiz Ivan Lúcio Amarante, da 2ª Vara de Vila Rica (MT), suspeito de receber propinas de Zampieri.